

LINGÜÍSTICA: SEU OBJETO

1. *Linguagem humana e linguagem animal.*

Pode-se inicialmente dizer que a LINGÜÍSTICA é a ciência da linguagem. Mas a definição é inaproveitável, enquanto não se delimita o alcance do seu segundo termo.

Atribuindo à *linguagem* uma significação latíssima, perderam-se na imprecisão muitas doutrinas filosóficas, e não lograram, por isso, deprender a necessidade de uma ciência nítida que a tivesse para assunto. A LINGÜÍSTICA, hoje finalmente constituída, não foi sequer entrevista, por exemplo, nas classificações comtiana e spenceriana das ciências, como já ressaltou o lingüista francês Albert Dauzat (Dauzat, 1932, 200).

Cumpre, antes de tudo, dissociar o conceito de linguagem do da nossa interpretação diante das coisas da natureza. Pelo adensamento das nuvens no céu podemos chegar ao conhecimento de que vai embruscar-se o tempo, da mesma sorte que o aspecto das árvores pode indicar-nos uma mudança de estação do ano. Não há, entretanto, como falar em linguagem num ou noutro caso, porque as nossas conclusões decorreram exclusivamente de nós. As nuvens e as árvores foram objetos inteiramente passivos; e, para haver linguagem, é preciso, ao contrário, uma atividade mental tanto no ponto de partida quanto no ponto de chegada. Noutros termos, é preciso que o manifestante tenha tido a *intenção de manifestar-se*.

Com isso, circunscreve-se a nossa ciência no âmbito do reino animal. Deve-se, porém, dar um passo adiante, e, distinguindo entre os brutos e o homem, restringir ao homem o conceito daquela linguagem cujo estudo é o objeto da lingüística.

O mestre alemão, dos fins do século passado, Georg von der Gabelentz depreendeu para esse fim os três traços característicos da linguagem humana. Ressaltou, antes de tudo, um propósito claro e definido (al. *Absichtlichkeit*) como ponto de partida das nossas manifestações lingüísticas. Mas não é tudo. Cada uma delas se apresenta a mais com uma SIGNIFICAÇÃO PERMANENTE (al. *Eindeutigkeit*) isto é — idêntica a si mesma, possível de re-

petir-se com a sua individualidade nítida em circunstâncias idênticas. E finalmente prestam-se à DIVISIBILIDADE na representação (al. *die Zerlegung der Vorstellung*) e, portanto, conseqüentemente na expressão vocal (Gabelentz, 1901, 2/3).

Ora, à voz e aos gestos dos animais irracionais se pode atribuir muitas vezes um propósito mais ou menos preciso. Não se lhes pode, contudo, atribuir as duas outras propriedades, focalizadas por Gabelentz, porque nelas as representações são essencialmente globais e não têm uma correspondência constante com um dado conjunto expressivo.

A razão está na impossibilidade de se elevarem a um trabalho mental de "construção representativa" diante do mundo exterior e do mundo interior. É o que muito bem frisou o filósofo alemão Ernst Cassirer (Cassirer, 1933, 24). Baseando-se nas considerações de J. von Uexküll sobre o conceito psicológico do ESPAÇO VITAL (al. *Lebensraum*), acentua Cassirer como os brutos não vão além da "ação e eficiência", isto é — recebem as excitações exteriores para agir num mero jogo de ação e reação, sem quaisquer representações mentais que façam daquele espaço um todo unificado e compreensivo.

É a concepção dos caracteres assim depreendidos por Gabelentz que está implícita na insistência com que o seu compatriota Walter Porzig nos fala da ARTICULAÇÃO (al. *Gliederung*)¹ como a linha divisória entre a linguagem dos homens e a dos brutos (Porzig, 1950, 46 ss.). Por *gliedern*, como por *articular*, derivado do diminutivo *articulus* do latim *artus*, "membro", entende-se aí, em sentido lato, o processo de dividir em membros mínimos, ou *elementos*, uma enunciação vocal e a representação mental que nela se consubstancia e exterioriza. A *articulação* é assim decorrente da divisibilidade: a enunciação vocal humana é articulada, porque se presta a uma divisão sistemática, por meio da qual chegamos a *elementos* sônicos significativos. E, por outro lado, esses elementos existem, porque a sua significação permanente assegura a sua individualidade nítida e nos faz reconhecê-los, sempre idênticos a si mesmos, nas mais variadas circunstâncias.

2. As funções da linguagem.

Nestas condições, chegamos a um conceito de linguagem representativa, que é a exclusivamente humana.

¹ Porzig relaciona, aliás, explicitamente, o termo alemão com o latinismo *Artikulation* (Porzig, 1950, 50).

Cada comunidade de homens serve-se de um sistema de linguagem, ou LÍNGUA, cuja propriedade essencial é a de ser representativa.

Assim, no sistema português, ou língua portuguesa, os fenómenos que impressionam os nossos sentidos são interpretados, e REPRESENTADOS, — ora consubstanciados num "ser", não raro meramente convencional, como *morte* (*nomes substantivos*), ora como "processos" em desenvolvimento (*verbos*); dos primeiros se depreendem predicados nítidos (*nomes adjetivos*), e, quanto aos segundos, se imaginam partindo de um dado ser (*sujeito*) e situados num momento anterior, simultâneo ou posterior àquele em que são citados (*tempos verbais*); ordenam-se os seres na distância espacial (*pronomes demonstrativos*) e eles são vistos como "individuos", passíveis de citação isolada (*número singular*) ou de citação em grupo (*número plural*); dividem-se em classes por um dado critério (como o do *género nominal*), e dá-se-lhes uma denominação comum ou diferente, conforme, por exemplo, se interpretam na base de certos elementos constitutivos A, em que colhemos maçãs, B, de que tiramos lenha, C, a cuja sombra nos abrigamos, como *árvore*, ou, ao contrário, na base de outros elementos se faz abstração desse agrupamento geral e chama-se A *macieira*, B *euca-lipto*, C *jequitibá*. Desta sorte, o espaço em que vivemos, ou ESPAÇO VITAL, é decomposto e ordenado — ou seja, REPRESENTADO — num conjunto harmonioso e nítido.

Em outros termos: cria-se na linguagem um "mundo" ou "cosmos"¹, embora não necessariamente coincidente com a interpretação racional ou LÓGICA². Os homens passam a compreender o espaço vital de certa maneira, e, partindo da compreensão comum, concretizada na língua, podem-no fazer assunto de comunicação entre si (ex.: "o lavrador derrubou o jequitibá, colherá os frutos daquela macieira, planta eucaliptos", etc.).

O psicólogo alemão Karl Bühler insiste por isso na FUNÇÃO REPRESENTATIVA (al. *Darstellungsfunktion*), embora depreenda ao lado desta, duas outras funções, não menos importantes: a EXTERIORIZAÇÃO PSÍQUICA (al. *Kundgabe*, ou *Ausdrück*, i. e., "expressão" *stricto sensu*), quando através da linguagem manifestamos o nosso estado de alma, e a ATUAÇÃO SOCIAL ou APELO (al. *Appell*), por meio da qual atuamos sobre o próximo na vida social (Bühler, 1934, 12 ss.).

¹ Sobre a significação de "ordem", "arranjo ordenado", que está na essência do gr. *kósmos* e do lat. *mundus*, utilizado para traduzi-lo, cf. Buck, 1949, 3; Ernout-Meillet, 1951, 747.

² Para a relação entre a língua, de um lado, e, do outro, a lógica e a formulação matemática, como sistemas quase lingüísticos", cf. Hockett, 1958, 266.

A exteriorização psíquica também se revela na voz dos animais; assim, o latido do cão manifesta tão nitidamente alegria, ou raiva, ou dor física, ou desespero, que há em português verbos distintos para caracterizá-la conforme o caso (*latir, ladrar, ganir, uivar*). Nem se lhe pode negar muitas vezes um propósito de atuar sobre o próximo, seja este um outro animal ou o homem. O que lhe falta substancialmente é a REPRESENTAÇÃO, no sentido de Bühler, da qual decorre a SIGNIFICAÇÃO PERMANENTE e afinal, a DIVISIBILIDADE ou a ARTICULAÇÃO.

Em virtude do caráter essencialmente REPRESENTATIVO da linguagem humana, as duas outras funções adquirem por sua vez um caráter *sui generis*, que as distingue inconfundivelmente da exteriorização psíquica e do apelo depreensíveis na voz dos animais. Elas contêm no homem um MOMENTO REPRESENTATIVO, como frisa com toda a razão o psicólogo Friedrich Kainz, quando adota, desenvolve e comenta a teoria de Bühler (Kainz, 1943, I, 176).

O grito doloroso de um cão, por exemplo, não se equipara a uma nossa frase exclamativa — *ai que dor!* Nesta, a exteriorização psíquica se processa na base de duas representações mentais, aí articuladas: o conceito da “dor” ou sensação dolorosa, tratado convencionalmente até como um ser, e o conceito da “intensidade” das nossas sensações, formulada no elemento *que*.

Ao contrário, nivelamo-nos com a linguagem dos animais, quando emitimos gritos de dor, de raiva, de desespero etc. numa enunciação de sons “inarticulados”. Acima deles, porque apresentam uma significação mais ou menos permanente e são passíveis de se dividirem em elementos sônicos definidos, estão as ONOMATOPÉIAS e INTERJEIÇÕES, que assim constituem um setor de transição para a linguagem representativa elaborada; ex.: port. *ah!*, com a vogal portuguesa bem definida /a/, *ui!*, com o ditongo português /u:/, etc.; *pum!* com uma consoante e vogal nasal bem portuguesas, etc..

3. A linguagem como fenômeno vocal.

Para fins de linguagem a humanidade se serve, desde os tempos pré-históricos, de sons a que se dá o nome genérico de voz, determinados pela corrente de ar expelida dos pulmões no fenômeno vital da respiração, quando, de uma ou outra maneira, é modificada no seu trajeto até a parte exterior da boca.

Os órgãos do corpo humano que desempenham um papel qualquer na emissão da voz, constituem o que se chama o *aparelho fonador*. Aí se incluem, *grosso modo*, os pulmões, o tubo da traquéia, a boca e as fossas nasais.

É lícito dizer que há, até certo ponto, uma predisposição da voz animal para ser aproveitada como linguagem, mormente no homem, em que é tão maleável e rica de recursos. A mímica, ou seja — a sistematização dos gestos corpóreos, não deve ter, em tempo algum, predominado sequer sobre a emissão vocal, e, muito menos, funcionado sem ela. A hipótese, neste sentido, da lingüista holandês J. van Ginneken parece desatuitada de qualquer probabilidade (Ginneken, 1940, 125 ss.).

É inegável que o gesto, entendido como jogo da fisionomia, dos braços e até de todo o corpo, acompanha inelutavelmente a enunciação vocal e nela se integra numa “função precisadora da palavra” (Kainz, 1943, II, 498), mas apenas, como frisei alhures, “à maneira de um fundo musical que acompanha as palavras de um canto” (Câmara, 1953 B, 21).

Dai, ser a linguagem, em essência, vocal ou oral, e da voz humana se desentranhar a FALA, ou conjunto de emissões vocais significativas.

Cumpre, não obstante, acentuar, com o lingüista norte-americano Edward Sapir, que “não se trata de uma atividade simples, executada por meio de órgãos biologicamente a ela destinados”, mas de um esforço criador da humanidade, que, para isso, se serviu de órgãos do corpo humano, dando-lhes uma aplicação secundária e, fisiologicamente falando, “excrecente”, do mesmo modo que se utilizam os dedos para a arte de tocar piano e os joelhos para o gesto simbólico de genuflexão (Sapir, 1921, 7).

Não é também exato supor, com alguns teóricos, que haja, no cérebro humano, uma ou mais secções biologicamente destinadas à função da linguagem. Como ironicamente comenta o mestre norte-americano Leonard Bloomfield, “seria então o caso de procurar, igualmente, o centro cerebral específico da função telegráfica, automobilística, ou seja que outro exercício de uma invenção moderna” (Bloomfield, 1933, 37).

Não há, a respeito, senão concluir, com Sapir, “que a linguagem em si mesma não é nem pode ser localizada de maneira definida, pois consiste numa relação simbólica toda peculiar, e fisiologicamente arbitrária, entre todos os elementos da nossa experiência, de um lado, e, de outro lado,

certos elementos selecionados, localizados nas regiões auditiva, motriz etc., do cérebro e do sistema nervoso" (Sapir, 1921, 9) ¹.

Quer do ponto de vista mental, quer do ponto de vista vocal, não há fugir à concepção da linguagem como uma espécie de ARTE, elaborada pelo esforço criador do homem.

4. A linguagem como aquisição cultural.

Ora, em todas as criações humanas, a cujo conjunto se dá o nome de CULTURA (e se estuda na antropologia cultural, ou etnologia), se pode depreender 3 níveis, segundo o esquema do antropólogo norte-americano Kroeber (Kroeber, 1949, 279) ¹:



Ao mundo físico se acrescenta, em nível superior, um mundo biológico, ou orgânico, e daí parte a criação humana, ou cultural, num terceiro nível superorgânico.

A linguagem, utilizando sons, que são fenômenos físicos, assenta num substrato inorgânico, a que se superpõe o fenômeno biológico, ou orgânico, da sua produção pelos nossos órgãos vocais: trata-se de sons (fenômeno inorgânico) *plus* vocais (fenômeno orgânico). Mas os dois níveis conjugados ainda não constituem linguagem. Esta só se realiza, quando os sons vocais criam a comunicação no nível superorgânico. Então o produto vocal adquire um valor humano e é a linguagem.

Estamos, assim, diante de um fenômeno de cultura, como a conceituou Tylor e a sua inicial escola antropológica (Tylor, 1874, I-1): a lin-

¹ A idéia de que a função da linguagem deva ter órgãos biologicamente a ela destinados, e portanto, uma localização privativamente no cérebro humano, surgiu do exame médico em certos doentes, nos quais uma lesão cerebral determina perturbações ou perda da fala (afasia). A medicina de hoje, entretanto, chegou à conclusão de que a afasia é apenas o sintoma de uma mudança geral de atitude mental. Embora não seja o caso de dizer muitas vezes que houve perda da inteligência, é força reconhecer que o afásico já não se comporta como homem normal em outras âmbitos que não o da linguagem: "a arte de pensar é em parte a arte de construir símbolos; na medida em que o pensamento consiste nisso, a sua perturbação acarreta a afasia, ou, pelo menos, a afasia é uma das expressões dessa perturbação mais profunda" (Delacroix, 1930, 551).

¹ Kroeber apresenta o seu esquema, com um objetivo algo diferente do que se teve aqui, para ilustrar os estágios evolutivos da natureza, e, nesta diretriz, o seu gráfico também é algo diferente.

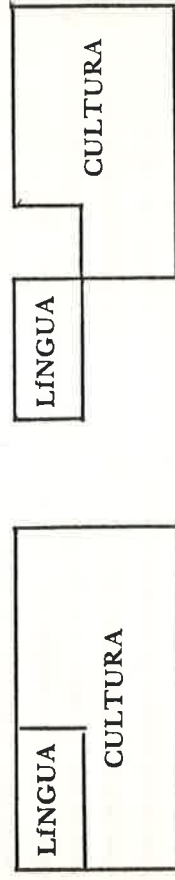
guagem é uma criação do homem na base das suas faculdades humanas, tanto como outros produtos, quer materiais (habitação, indumentária, instrumentos de pesca etc.), quer mentais (religião, direito, organização familiar etc.).

A língua, pois, como observa o lingüista e psicólogo norte-americano John B. Carroll, "é, sem dúvida, cultural em sua natureza e seus propósitos", independentemente da controvérsia, que é "em essência terminológica", sobre a interpretação da lingüística, "primordialmente como ciência social ou como um dos estudos humanísticos" (Carroll, 1959, 112).

Há, entretanto, certas condições que tornam a língua uma coisa à parte em face dos fatos não-vocais de cultura.

Em primeiro lugar, funcionando na sociedade para a comunicação dos seus membros, a língua depende de toda a cultura, pois tem de expressá-la a cada momento. É o resultado de uma cultura global. Tal não acontece com os outros aspectos culturais: em cada um deles se refletem outros, é verdade, como as concepções religiosas na arte, a arte na indústria, e assim por diante; mas nenhum deles existe para expressar todos os outros.

Assim, a língua é uma parte da cultura, mas se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente:



Acresce, em segundo lugar, que só existe para este fim e não tem finalidade em si mesma. A sua função é expressar a cultura para permitir a comunicação social.

É, portanto, por meio dela que se processa essencialmente o intercâmbio cultural na sociedade, e ela se torna o acompanhamento de cada fato cultural de duas maneiras — 1) dando-lhe um aditamento lingüístico, como a oração na religião, as leis no direito, as regulamentações na indústria etc.; 2) propiciando a atuação uns com os outros dos membros participantes de uma atividade cultural, com as ordens, explicações etc..

² Na literatura, a linguagem está na própria essência da atividade cultural artística; mas não se confunde com ela, continuando um meio para expressar qualquer coisa fora de si: porque "a literatura é uma arte construída com a linguagem" (Hill, 1958, 10).

Finalmente as aquisições culturais são ensinadas e transmitidas, em grande parte, pela língua.

Assim, uma língua, em face do resto da cultura, é — 1) o seu resultado, ou sùmula, 2) o meio para ela operar, 3) a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe para tanto. A sua função é englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la através das gerações.

Tudo isto opõe a língua ao resto da cultura, ou cultura *stricto sensu*, e torna necessária uma ciência independente para estudá-la — a LINGÜÍSTICA, distinta da ANTROPOLOGIA CULTURAL ou ETNOLOGIA, que estuda todas as outras manifestações culturais. Admite-se, entretanto, um estudo interdiário, que trata das relações entre a lingüística e a etnologia e é chamada pelos norte-americanos ETNOLINGÜÍSTICA (cf. Olmsted, 1950).

5. *A linguagem como traço essencial do homem.*

Compreende-se, portanto, que a linguagem está indissolivelmente associada com a atividade mental humana, a qual só em virtude dela se pôde firmar a desenvolver.

A filosofia moderna é unânime em reconhecer que não se trata apenas de um recurso para expressar pensamentos, emoções e volições. É, muito mais que isso, o meio essencial para se chegar a esses estados mentais. Sem isso, eles seriam difusos e inconsistentes, como o dos brutos, que já vimos enclausurados num espaço vital de mera ação e eficiência. A compreensão do mundo exterior e interior resume-se numa construção e representação desse mundo dentro do nosso espírito, através de um trabalho mental que depende da linguagem como a marcha animal depende das pernas (Cassirer, 1933, 22). Há uma ADERÊNCIA ESSENCIAL do pensamento às palavras, expressa por Cassirer, de acordo com Hoenigswald, pelo termo *Worthaftigkeit*.

Se, portanto, a linguagem não é uma função natural, no sentido puramente biológico, tornou-se tal para o ser humano, situado fora do âmbito da animalidade bruta. Toda a sua atividade mental assenta nessa função.

Eis aí, justamente, o que tem tornado precário e praticamente baldado o esforço para depreender a origem da linguagem nas sociedades humanas. As primeiras explicações contentaram-se, marginalmente, em ventilar as possíveis maneiras por que se firmaram, coordenaram e consolidaram os sons vocais como sons da FALA: sugeriu-se a imitação dos ruídos da natureza (teoria onomatopaica), a tomada de consciência e organiza-

ção dos gritos animais espontâneos (teoria interjeitiva) ou dos sons vocais mecanicamente produzidos como acompanhamento de um trabalho manual (teoria do filósofo alemão Noiré). Mais modernamente, o lingüista dinamarquês Otto Jespersen propôs para ponto de partida os sons ritmados, numa espécie de canto inarticulado, com que o homem primitivo teria espontaneamente manifestado os seus estados de euforia (Jespersen, 1928, 432 ss.).

Ora, o grande problema é, ao contrário, explicar como os sons vocais, quaisquer que eles fossem, passaram a constituir LINGUAGEM, isto é, se associaram em sistema articulado e com significações permanentes à nossa vida mental, determinando a aderência essencial do pensamento às palavras de que nos fala Hoenigswald.

Isso pressupõe um trabalho mental já evoluído, quando, por outro lado, sabemos como é imprescindível a linguagem para qualquer trabalho de tal ordem. Achamo-nos assim numa verdadeira petição de princípio.

A única solução é a de conceber um desenvolvimento paulatino e paralelo da faculdade do pensamento e da faculdade da linguagem, a partir de situações sociais rudimentares, que prepararam um começo de aderência entre uma e outra.

Tais situações teriam sido, por exemplo, para Jespersen, as das manifestações tribais de triunfo, acompanhadas de um canto coletivo que passou a evocar e afinal denominar o acontecimento (Jespersen, 1928, 440). Outros imaginaram aspectos de comunicação social embrionária. Assim, o filósofo holandês G. Révész parte dos sons DE CONTACTO (al. *Kontaktlaute*), emitidos para exteriorizar satisfação, em momentos de contacto social, por animais de natureza gregária (Révész, 1946, 183ss.). Já o psicólogo francês Pierre Janet pressupõe uma divisão de atividades nos grandes empreendimentos de um bando, naturalmente acompanhados de sons e gestos emotivos: o condutor, evoluindo para chefe, concentrou-se nesses sons e nesses gestos, enquanto a massa conduzida deixava de produzi-los para agir melhor (Janet, 1936, 103/6)¹.

Para a lingüística, entretanto, que é uma ciência fundamentada na observação do que existe, não interessa diretamente esse problema gené-

¹ Note-se como Pierre Janet coordena o desenvolvimento mental com o desenvolvimento lingüístico, explicando a consolidação da função representativa da linguagem pela evolução do homem e do grupo humano, quando o condutor do bando animal ascende à categoria de "chefe" e se cria a simbolização do "comando".

tico. Não lhe cabe deprender que elementos mentais e que estímulos condicionaram para a humanidade um rudimento de linguagem, que lhe permitiu construir a representação do seu mundo exterior e interior, e desenvolver uma e outro por meio do auxílio mútuo que se emprestaram².

Nem lhe interessa, a rigor, a linguagem em si mesma, considerada como uma faculdade abstrata do homem. O seu objeto (já aqui se frisou antes) é o estudo dos sistemas de linguagem, ou línguas, as quais podemos assim definir: "conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social, a fim de permitir o exercício da linguagem por parte do indivíduo" (Saussure, 1922, 25).

6. *Lingua e Discurso.*

Eis aí uma circunstância de monta, porquanto nos desloca para o âmbito dos sistemas sociais, ou instituições. As línguas figuram entre elas, ao lado das religiões ou do direito, por exemplo, e a lingüística, concentrando-se nelas, deixa o estudo da faculdade da linguagem à filosofia (Meillet, 1921, 17/8).

É verdade que a língua só existe como soma de múltiplos atos vocais individuais, porém nesses atos cada homem se serve de um sistema de elementos vocais que recebeu da sociedade em que vive. Sob esse aspecto, falar é sempre um ato social, mesmo quando ele se executa sem qualquer objetivo de intercâmbio social de idéias.

Foi o reconhecimento dessa verdade que se cristalizou na doutrina, hoje clássica, do mestre suíço Ferdinand de Saussure: a LÍNGUA (fr. *la langue*) é um sistema de elementos vocais comum a todos os membros de uma dada sociedade e que a todos se impõe como uma pauta ou norma definida. A seu lado, distingue Saussure a FALA, ou, mais precisamente, o DISCURSO (fr. *la parole*), que é a atividade lingüística nas múltiplas e infundáveis ocorrências da vida do indivíduo¹.

² Entre as elucubrações neste sentido vale citar o estudo de Charles Hockett, lingüista, e Robert Ascher, especializado em antropologia física, sobre "A Revolução Humana", onde se procura coordenar a evolução física e mental dos hominídeos com a evolução da linguagem (Hockett-Ascher, 1964).

¹ É sempre tarefa delicada criar equivalentes vernáculos para termos técnicos estrangeiros, quando são aplicações de termos usuais, cujo sentido comum procuram aproveitar. O foneticista português Oliveira Guimarães (Guimarães, 1927, 7) traduz a *parole* de Saussure, pura e simplesmente, por *palavra*; ora, esse termo em português sugere logo a sua sinonímia com *vocabulário*, ao passo que *parole* é o nome verbal de *parier*, com que se associa morficamente. *Parole* corresponde, pois, ao lat. *loquela*, de

Para Saussure, a lingüística propõe-se a estudar a LÍNGUA; e nos discursos individuais, que considera e analisa, só lhe devem interessar os elementos vocais coletivos e a sua organização normal.

Essa distinção entre LÍNGUA e DISCURSO, que, como observa, com pouca simpatia, o lingüista polonês Doroszewski, "faz parte do acervo de idéias, atualmente admitidas e até enraizadas em lingüística" (Doroszewski, 1933, 88), é uma das luminosas interpretações saussurianas na ciência da linguagem. No âmbito social, corresponde *grosso modo* à distinção entre as imposições gerais da sociedade e a atividade de cada um de nós, também sujeita às inspirações do pensamento individual.

Os adeptos de Saussure reconhecem que os discursos, que a cada passo se nos apresentam à observação são, com efeito, atos mentais individuais. Mas o indivíduo não cria a sua linguagem, advertem. Faz tão somente aplicação daquela que a sociedade lhe ministrou. Podemos até dizer que ela lha impôs, depreendendo aí, com o mestre francês Antoine Meillet, uma COERÇÃO COLETIVA no sentido que deu a esta locução a escola sociológica francesa de Emile Durkheim (Meillet, 1921, 230).

Volta-se, destarte, à LÍNGUA como matéria central do estudo lingüístico. Outros lingüistas, ao contrário, aceitando implicitamente a distinção de Saussure, se preocupam de preferência em depreender do ato de linguagem, ou discurso, o que nele há de individual. Tal é a orientação da escola alemã de Karl Vossler, dita *idealista*. Parece-lhe que o objetivo precípua da lingüística deve ser o de estudar o *ideal estético* em dado discurso, isto é, o esforço do falante para expressar-se da maneira mais adequada possível às circunstâncias em que se acha, fugindo, por uma cria-

loquor, al. *Sprechen*, de *sprechen*, esp. *habla*, de *hablar*, port. *fala* de *falar*. Mas *jala* exclui a linguagem escrita, ao contrário da *parole* saussuriana, que é menos dependente, na forma e na significação, do seu verbo *parler*. Preponho, portanto, o nosso velho termo *discurso*, como nome verbal de *discorrer*. O próprio Saussure lembra o latim *sermo* e o alemão *Rede*, que a ele correspondem, e o seu discípulo inglês Alan Gardiner, traduzindo *parole* por *Speech*, observa que em francês se dirá *parole* ou *discours* (Gardiner, 1932, 107); e é justamente *discours*, de preferência a *parole*, que propõem Haudricourt e Granai num recente artigo de inspiração saussuriana (Haudricourt-Granai, 1955, 121). Outra tradução possível é usar as locuções *estrutura lingüística*, para *langue*, e *atividade lingüística*, para *parole*, à maneira dos compostos alemães de Karl Bühler: *Sprachebilde* e *Sprechakt*. Neste caso, insiste-se especialmente no aspecto de sistema, ou estrutura, da *langue*, que a aproxima do conceito de *pattern* de Sapir em inglês, do de *esquema* de Hjelmslev (Hjelmslev, 1953), do de *sistema* de Coseriu (Coseriu, 1952). Para as idéias centrais de Saussure é preciso levar em conta que o seu livro clássico (Saussure 1922), é póstumo (publicado pela primeira vez em 1916), baseado em notas de aula e da responsabilidade direta dos seus discípulos Bally e Sechehaye; há às vezes discordância entre a redação do livro e o pensamento exato de Saussure (cf. Godel 1957).

ção pessoal, da automatização na formulação lingüística²: "Com a forma que falamos sucede quase o mesmo que com a forma que vestimos. A vida prática nos impõe o modelo. Mas nosso gosto decide o corte e a cor" (Vossler, 1943, 41).

Ter-se-á, destarte, ao lado da lingüística propriamente dita, ou ciência da "língua", uma lingüística do discurso, que será a estilística.

7. *A língua como representação.*

A divergência entre Vossler e a doutrina saussuriana não é, entretanto, inconciliável. Provém do que há de incompleto no conceito explícito de LÍNGUA.

Definem-na apenas, em regra, por dois dos seus aspectos: é uma norma ou pauta, sob que se desdobram os discursos individuais — 1) sistêmica, 2) coletiva (cf. Coseriu, 1952, 41). O primeiro aspecto vem a ser a *estrutura*, o *sistema* ou o *esquema*, conforme a denominação que prefira um dado lingüista (cf. § 6, n. 1); recentemente também se chama o *código*, oposto ao ato lingüístico, que é a *mensagem*, aproveitando-se a nomenclatura da nova teoria matemática da comunicação, desenvolvida na base das telecomunicações da engenharia (cf. Miller, 1951, 249 ss.)¹. O segundo aspecto é o que se intitula *norma* ou *uso*, e nele insistem às vezes demais, em detrimento do primeiro, os adeptos de Saussure, entendendo por LÍNGUA apenas o que usualmente se diz.

É preciso, ao contrário, não só dar a ênfase ao primeiro aspecto, mas ainda acrescentar que os elementos organizados que compõem a "língua",

² Para o filósofo italiano Benedetto Croce, que inspirou a teoria lingüística de Vossler, a "estética" não tem por assunto o "belo", mas a "função expressiva" do homem, o que corresponde à "manifestação psíquica" de Bühler (cf. § 12): "Uns têm mais aptitude que outros, mais frequente disposição que outros para expressar plenamente complexos estados de alma. A esses se chama artistas na linguagem corrente; algumas expressões por demais complicadas e difíceis conseguem manifestar-se com excelência e se chamam obras de arte". Assim a criação estética, ou expressiva, é geral e "todá a diferença é, pois, quantitativa e, como tal, sem interesse para a filosofia, *scientia qualitarum*" (Croce, 1926, 59). Cf. Vossler: "Não vale a pena exaltar como poesia o nosso falar cotidiano. Mas a menor gotinha idiomática de um charlatão é, afinal de contas, tão boa água de Hipócrates como o imenso oceano de um Goethe ou um Shakespeare" (Vossler, 1943, 38).

¹ Os termos *código*, para o sistema da língua, e *mensagem*, para o ato lingüístico, estão entrando francamente na nomenclatura lingüística, depois que uma autoridade como Roman Jakobson os aprovou e adotou (Jakobson, 1953, 14-5). Para uma rápida noção da teoria matemática da comunicação, ao alcance de um leigo, cf. Carroll, 1959, 196-205; ou ainda Malmberg, 1963, 17-29.

correspondem à FUNÇÃO REPRESENTATIVA no sentido de Bühler e servem para uma comunicação intelectiva.

Ora, quando utilizamos os elementos da língua num dado discurso, raramente o fazemos para uma comunicação intelectiva pura. Há aí também, subsidiária, concomitante ou predominantemente, a carga emotiva, que carrega uma MANIFESTAÇÃO PSÍQUICA ou um APELO (sempre no sentido de Bühler) (cf. Câmara, 1953 B).

Nestas condições, a lingüística propriamente dita, ou estudo da LÍNGUA na acepção saussuriana, não abrange o fenômeno lingüístico em sua totalidade. Ficam de lado as intenções de manifestação psíquica e apelo, que os discursos individuais, em regra, carregam em si e correspondem à "expressão" de Croce (cf. § 6, n. 2).

A ESTILÍSTICA é, em essência, a apreensão da emoção, sistematizada nos atos de linguagem, a qual lhes dá um valor estético (gr. *aisthêsis* "sensação", donde "sentimento"). Ortodoxamente, dentro da doutrina de Saussure, a escola suíça do seu discípulo Charles Bally também focaliza a estilística, frisando os aspectos coletivos que nela se contém. Tanto vale dizer que há também um sistema estilístico, um "código", que permite a apreensão dos elementos emocionais de manifestação psíquica e de apelo.

Em outros termos, a distinção entre lingüística e estilística não é, em última análise, entre língua coletiva e língua individual, mas — 1) entre LÍNGUA como sistema comunicativo, destinado, antes de tudo, à representação; e — 2) ESTILO ou sistema expressivo, destinado a imprimir emoção para servir à manifestação psíquica e ao apelo. Por isso, em relação à obra literária, Middleton Murry define o estilo como "uma concentração de emoção na coisa criada" (Murry, 1951, 39).

A língua é, de maneira geral, coletiva; mas cada um de nós tem certas peculiaridades lingüísticas, ou pelo menos preferências, e há assim, de certo modo, múltiplas línguas individuais, ou IDOLETOS, de acordo com a nomenclatura lingüística norte-americana².

² O lingüista Charles Hockett, que entre os norte-americanos mais aprofundou o conceito de IDOLETO, distingue a rigor 3 aspectos da língua: 1) IDOLETO, que ele define behavioristicamente como "o repertório total de hábitos lingüísticos de um indivíduo num pequeno período de tempo" (admitindo que o indivíduo muda em parte esses hábitos com o correr da vida e novas experiências); 3) AMAGO COMUM (ing. *common core*), que é o conjunto coletivo de hábitos iguais nos múltiplos membros de uma sociedade e faz lembrar o conceito da "língua" de Saussure como norma ou uso (ver acima); 3) PADRÃO GERAL (ing. *overall pattern*), que é a "língua" como sistema, isto é, o esquema coletivo depreensível dos múltiplos discursos individuais. Cf. Voegelin-Sebeok, 1953, 40 ss. Cf. ainda Devoto, 1955, 7 e 24.

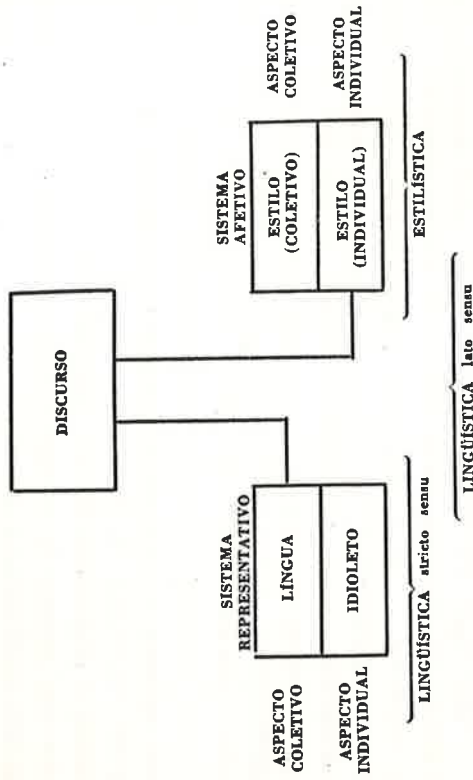
O estilo é em princípio, individual, pois está modelado pelos impulsos de uma psique pessoal; mas os traços estilísticos coincidem, em grande parte, nos indivíduos de uma sociedade lingüística, pois ao estilo aplica-se, em particular, a afirmação de Sapir sobre o comportamento individual em face das normas sociais coletivas: "Ficamos muitas vezes sob a impressão de que somos originais, e até aberrantes, quando na realidade estamos meramente repetindo um padrão social com um acento mínimo de originalidade" (Sapir, 1949, 534).

Podemos, portanto, definir a LÍNGUA como sendo — um conjunto sistemático de elementos vocais que no seu simbolismo intelectualivo servem à representação mental — e o ESTILO como sendo — uma organização secundária (estética) desses elementos para expressarem a emoção nos impulsos de manifestação psíquica e apelo.

É verdade que o crítico literário espanhol Dámaso Alonso contesta este ponto de vista, combatendo especialmente a concepção de Bally sobre a estilística. Mas as suas razões são muito objetáveis. Com efeito, — 1) distinguindo o elemento imaginativo do afetivo, para rebater o ponto de vista de que o estilo se refere à afetividade, não leva em conta que o elemento imaginativo, na sua própria definição ("capacidade da obra literária de suscitar em nós representações sensoriais") (D. Alonso, 1952, 484-5) pertence ao APELO da trilogia lingüística de Bühler (que infelizmente não toma em consideração); 2) argumentando que entram no estilo elementos conceituais, cita a lógica da construção de um poema (D. Alonso, 1952, 486-9) sem atentar que a composição poética não é aspecto da *língua*, mas um dos elementos literários que estão fora da língua (cf. § 4, n. 2) (a construção do soneto de Dante aí apreciada continua inalterada numa tradução inglesa, portuguesa etc.). Aliás, para separar a intuição científica e a literária, observa que "cientificamente intuímos com uma só direttriz da nossa psique" (D. Alonso, 1952, 39), admitindo implicitamente que é a maneira de sentir a realidade (ou em última análise a emoção) que caracteriza a intuição artística.

Em resumo, cada ato de linguagem, ou DISCURSO, se fundamenta num sistema de REPRESENTAÇÃO lingüística, que é a LÍNGUA, e também sistematiza os recursos lingüísticos representativos para a MANIFESTAÇÃO PSÍQUICA e o APELO numa estruturação estética, que é o ESTILO. A língua é, primariamente, coletiva; mas pode ter secundariamente peculiaridades individuais, constituindo o IDIOLETO. O estilo parte primariamente de um impulso pessoal; mas há todo um conjunto de coincidências estilísticas na comunidade lingüística, constituindo-se o estilo coletivo.

É o que se pode expressar graficamente no seguinte esquema:



8. Caráter dos elementos lingüísticos.

Cada um desses elementos lingüísticos é ARBITRÁRIO em referência à representação mental a que corresponde. Simboliza essa representação por uma convenção tácita do ambiente social, sem ser motivado pela idéia que comunica e nele se integra¹. É o que logo ressalta, como frisa Saussure, ante "a diferença entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes" (Saussure, 1922, 100).

Tal é o princípio do caráter arbitrário do SIGNO ou símbolo lingüístico². Não o desmente a circunstância de haver em toda língua vocábulos ditos *onomatopáicos*, cujo material sonoro foi sugerido por determinados ruídos da natureza.

¹ Daí, "em essência o dizer que a linguagem é arbitrária, importa em dizer que ela é social" (Hill, 1958,4).

² Em francês *signe*, como termo geral, que abrange o *signal*, port *signal*, e o *symbole*, port. *símbolo*. Em português *signo* neste conceito pode afigurar-se-nos anômalo. Parecerá, talvez, preferível usar, por extensão, *signal* ou *símbolo*. Cabe, com efeito, falar em SÍMBOLO LINGÜÍSTICO, entendendo-se por *símbolo* (Cassirer, 1953; Morris 1946, Delacroix 1980), de maneira ampla, — aquilo que se substitui convencionalmente a qualquer coisa para funcionar em seu lugar. Saussure, ao contrário, dava exclusivamente a *símbolo* um valor icônico e metafórico, como faz a estética literária. *signal*, *stricto sensu* (fr. *signal*), não carrega em si a idéia de substituição; mas *lato sensu* pode traduzir o fr. *signe*, quando a frase não se preste a confusões. Entretanto, os espanhóis usam *signo* e não se vê porque não se há de adotar o termo em português para a nomenclatura técnica lingüística.

Com efeito, a ciência moderna afirma, a propósito, com Karl Bühler (Bühler, 1933, 102), que não existe um campo onomatopáico coerente na linguagem. A onomatopéia é um dos esforços do homem para um contacto directo com a realidade sensível. Em vez de explicar a linguagem, explica-se, ao contrário, por uma *tolerância da linguagem*, que assim admite, esporadicamente, em seu âmbito um processo estranho aos seus princípios directores.

Tanto isso é verdade, que o vocábulo formado por efeito imitativo perde, não raro, muito cedo essa relação sónica com a realidade ambiente, quando se integra definitivamente no léxico geral da língua, como comprovam as mudanças de pronúncia que passa a sofrer. Tal foi o caso, entre muitos outros, do fr. *pigeon*, saído da onomatopéia latino *pipio*. Saussure o cita, particularmente, para mostrar como vocábulos desses perdem "alguma coisa do seu carácter primeiro, a fim de revestir o do signo linguístico geral, que é imotivado" (Saussure, 1922, 102).

Compreenderemos, ainda melhor, o exemplo francês de Saussure e a tese de Bühler, se atentarmos para a circunstância de que a onomatopéia não é um elemento linguístico integrado na função representativa, a única de que cogita a língua no sentido saussuriano. Só serve, como já vimos, para as funções da exteriorização psíquica e do apelo. Ora, o carácter arbitrário do símbolo linguístico foi depreendido da LINGUA como sistema feito para a função representativa. Ao contrário, como procurei ressaltar alhures, "um estado de alma tende a um contacto íntimo com o objeto do seu estímulo, e cria-se uma harmonização de que a manifestação linguística resultante apresenta os vestígios" (Câmara, 1953 B, 29).

É natural, portanto, que, utilizada para a exteriorização psíquica ou para o apelo, transude da língua um esforço para coordenar-se sensorialmente com as coisas que representa³. A onomatopéia é a aproximação maior neste sentido. Mas não passa de aproximação. Há sempre na onomatopéia um fundo de convenção, desde que ela se cria com os sons vocais padronizados da língua, combinados de acordo com as normas que na língua vigoram (assim, a onomatopéia para a "chuva" no telhado é *pim-pam*, em português, com as nossas vogais nasais, mas em chinês é *ping-pong* com um /ñ/ velar, consoante que não poderíamos utilizar, pois não figura em nossa língua).

³ O linguísta esloveno J. M. Korinek chega a uma solução análoga, quando atribui a arbitrariedade à nocionalidade do elemento linguístico, e o valor expressivo, à sua interfeccionalidade (Korinek, 1939, 59 ss.).

Isso redundante, em última análise, em afirmar que essa contradição ao carácter arbitrário do símbolo linguístico é, por sua vez, até certo ponto arbitrária em cotejo com a realidade sensível, e não foge completamente àquela linha mestra da linguagem humana.

É ainda uma convenção coletiva, inconsciente por assim dizer, que atribui a certos sons linguísticos e a certos vocábulos em que eles aparecem, uma capacidade especial para descrever não só certos ruídos, mas até certos estados de alma.

O foneticista francês Maurice Grammont estudou metodicamente esse aspecto de uma relevante parte do vocabulário de qualquer língua, especialmente preciosa na poesia e na estética literária *lato sensu*, para as quais a linguagem vale precipuamente como exteriorização psíquica e apelo.

Grammont mostra-nos, nesse particular, que o valor atribuído aos sons linguísticos "só se torna uma realidade, quando a tanto se presta a significação das palavras em que eles se encontram" (Grammont, 1933, 396). O sentimento subjetivo, e em grande parte convencional, é predominante. Eis a propósito uma ilustração típica: "o vocábulo sânscrito *bhramarah* + "abelha" abre-se por um /bh/ que enuncia um ruído labial, e esse /bh/ combina-se com /r/, o que constitui o grupo mais próprio para exprimir o *zumbido*. Sabemos, entretanto, não ser esse grupo que mais impressionava os hindus no vocábulo; o que sentiam, antes de tudo, eram os dois /r/, visto que chamavam freqüentemente ao inseto *dvirephah*, isto é, que tem dois *rephas* (r) em seu nome" (ibid.).

Corroborando Grammont, o linguísta suíço Wartburg lembra em francês: *cri*, tão expressivo por causa da sua vogal, ao lado do inexpressivo *pli*; *tinter*, que tem "incontestavelmente para um francês certo valor de onomatopéia", ao lado de *teinter* sem esse valor (Wartburg, 1946, 116/7).

9. *Linguística e psicologia*.

O estudo linguístico, focalizando a expressão do que é mentado (isto é, do que se passa na mente humana), é, no fundo, psicológico e relaciona-se com a ciência que estuda os estados mentais, ou psicologia (dita psicologia individual ou psicologia *stricto sensu*).

⁴ Em sânscrito o /s/ final se reduz a *visarga*, isto é, a uma mera aspiração. Daí *-ah* na terminação do nominativo, correspondente a gr. *-os* lat. *-os* depois *-us*. Mas pode-se preferir a forma teórica *-as*.

Por outro lado, a língua, como meio coletivo de representação e comunicação, traduz um "pensamento socializado" (Blondel, 1934, 93); tem-se então um ato mental coletivo em seu âmago, fenômeno que é estudado na psicologia coletiva ou social.

A lingüística não se confunde, porém, com qualquer desses ramos da ciência psicológica, porque estuda os processos de linguagem, depreendendo as técnicas pelas quais a humanidade cria a representação e a comunicação intelectual, pela "língua", e a exteriorização e comunicação emotiva, pelo "estilo".

Ela não apela, como a psicologia, para um exame interpretativo do que se passa na mente do falante.

Como muito bem estabelece o lingüista dinamarquês L. Hjelmslev, deve-se distinguir nitidamente o âmbito da lingüística, que estuda a atividade pela qual se comunica um conteúdo de consciência de um indivíduo a outro, e a psicologia, que, como a lógica, se ocupa em examinar o próprio conteúdo da consciência humana" (Hjelmslev, 1928, 24). Uma expressão lingüística é "um ato objetivo, do qual os falantes não têm absolutamente necessidade de ter consciência, e do qual alguns deles podem ter uma consciência justa e outros uma consciência defeituosa ou deficiente" (Hjelmslev, 1935, 88).

Por isso, a interpretação de um fato lingüístico deve assentar — não diretamente no sentimento que dele tem um dado falante ou os falantes em geral — mas sim no que se depreende da sua estrutura. E o primeiro método pode entrar em conflito com o segundo.

Assim, em português, uma frase como — "fala-se de um crime" é sentida por muita gente como tendo sujeito indeterminado (as pessoas em geral), comparável ao fr. *on* e equivalente ao port. "falamos de um crime". Mas em — "trata-se de um crime" já não há, absolutamente, o mesmo sentimento. Não obstante, a estrutura das duas frases é idêntica: verbo invariável na 3.^a pes. sing., conjugado com a partícula *se* e acompanhado de um complemento regido da preposição *de*. É óbvio, para o lingüista, que uma interpretação assente na expressão lingüística tem de abranger as duas frases (cf. § 99, n. 1).

A lingüística cabe, portanto, servir-se de técnicas próprias, que não se confundem com as da psicologia¹.

¹ Desde o tempo do psicólogo alemão Wundt e seu livro sobre *A Linguagem* há a tendência em muitos lingüistas em partir da análise psicológica; tem-se aí o *psicologismo* oposto ao *estruturalismo*. (cf. § 16).

Na depreensão dessas técnicas há dois métodos, *grosso modo*, a seguir: 1) relacionar o fato lingüístico com os estados mentais respectivos ou com as concepções mentais coletivas (método mentalista); 2) fazer abstração do conteúdo mental, tal como se concretiza nos fatos lingüísticos, e apenas estudar a técnica formal que o sistema lingüístico criou (método mecanicista).

O mentalismo estabelece uma associação entre a pesquisa lingüística e a psicológica, de sorte que a psicologia serve de *background* para a lingüística e a lingüística fornece um largo subsídio à psicologia. Daí decorre uma disciplina especial, que é a psicologia da linguagem, ou a *PSICOLINGÜÍSTICA*, segundo a nova denominação norte-americana; podemos dizer que ela trata das relações entre as comunicações lingüísticas e os traços psíquicos dos indivíduos que as enunciam, como falantes, ou as interpretam, como ouvintes (cf. Osgood-Sebeok, 1954, 4).

O mecanicismo, ao contrário, isola as duas disciplinas — lingüística e psicologia, — por assim dizer, em compartimentos estanques.

Assim, o mentalismo, destacando nos nomes portugueses o contraste de gênero entre masculino e feminino, procura chegar às concepções mentais que servem de base a esta divisão. O mecanicismo ressaltará apenas a existência do contraste lingüístico neste particular, não indo além da sua constatação na expressão formal (cf. § 57).

10. Sumário.

A linguagem humana se distingue da linguagem animal, porque é constituída de segmentos articulados entre si e com uma significação permanente. O seu objetivo essencial é a representação, isto é, uma estruturação da experiência, a qual se torna compreensível e comunicável; mas há os objetivos correlatos de manifestar estados de alma, sem intento de comunicação, e de empolgar emocionalmente o próximo.

Ela é vocal, fundamentada em sons produzidos por um conjunto de órgãos que constituem o aparelho fonador. Não é, entretanto, inerente ao organismo humano, mas ao contrário um "fato de cultura", concretizando-se em sistemas "arbitrários" de comunicação vocal, ou línguas, que cabe à lingüística estudar em seus princípios diretores. Em relação à cultura integral de uma comunidade humana, a língua é uma de suas manifestações, mas dela se destaca como um microcosmos cultural, que a engloba e comunica. Assim, a lingüística se aproxima e se distingue, ao mesmo tempo, da antropologia cultural, ou etnologia, e da psicologia;

e as relações, destarte existentes, condicionam disciplinas intermediárias — a etnolingüística e a psicolingüística. A lingüística parte do aspecto, a rigor coletivo, da língua; divide-se em lingüística *stricto sensu* e estilística, o que corresponde à língua, como sistema representativo, e ao estilo, como processo de exteriorização psíquica e apelo.

Leituras subsidiárias.

Para o conceito de articulação: Porzig, 1950, 46-88. Para o conceito de cultura e suas relações com a lingüística: Sapir, 1921, 221-235; Id., 1949, 7-32. Para o papel representativo da língua: Sapir, 1921, 1-23; Cassirer, 1933, 18-44; Id., 1945, 205-254. Para língua e discurso: Saussure, 1922, 23-32, 36-39; Coseriu, 1952; Sapir, 1949, 533-566; Devoto, 1955, 3-10, 24. Para o conceito de estilística: Bally 1926; Câmara, 1953 B, 2-40. Para a conciliação entre a expressão individual e o caráter coletivo da língua: Pagliaro, 1930, 99-101. Para a natureza da onomatopéia: Bühler, 1933, 101-119. Para os complexos aspectos do princípio da arbitrariedade do signo lingüístico: Porzig, 1950, 7-45; Korinek, 1939. Para a caracterização da linguagem humana em face da animal: Hockett, 1958, 569-585; Spirkin 1958, 10-37.

II

LINGÜÍSTICA: SUAS MODALIDADES

II. *Lingua e evolução.*

Vimos (§ 4) que a língua não tem finalidade em si mesma, sendo sua função expressar a cultura para permitir a comunicação social, com o que ela se torna o acompanhamento de cada fato cultural, dando-lhe um aditamento lingüístico e, pois, propiciando a atuação uns com os outros dos membros participantes de uma atividade coletiva.

Vimos, por outro lado (§ 8), que a língua é arbitrária em relação ao mundo físico, ao contrário de outros fatos culturais, como a indústria, a arte, que dependem em parte do clima e recursos naturais, ou como a religião, por exemplo, ligada às condições da vida e às concepções mentais daí resultantes.

Estas duas circunstâncias atuam no sentido de fazer da língua uma instituição eminentemente mutável no tempo.

De um lado, o seu emprego generalizado e constante, feito pelos homens com a atenção fixada muito mais no assunto da comunicação do que na forma lingüística, a expõe a múltiplos acidentes quando ela é utilizada no que, com Saussure, chamamos o discurso (§ 6). De outro lado, qualquer modificação é teoricamente aceitável, dado o caráter arbitrário daquilo que vigora.

As forças de estabilidade estão, alhures, no peso da tradição coletiva e nas ligações dos próprios elementos lingüísticos, que formam entre si uma estrutura coesa. Daí, em primeiro lugar, o sentimento da correção que leva o grupo social a refugar muitas mudanças que se apresentam no discurso, classificando-as como erros. Em segundo lugar, os elementos lingüísticos, achando-se num sistema de correlações e contrastes, constituem uma estrutura (cf. § 16), se apóiam mutuamente e se fortalecem uns com os outros, resistindo a muitas inovações.

Assim, em cada momento da vida coletiva, há o sentimento da fixidez da língua. Socialmente real, ele é, não obstante, naturalmente ilusório,